

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010

1

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010	Emenda nº 1 – CDH
	Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão “pessoa com deficiência”.	
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:	
Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas <b>portadoras de</b> deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.	“Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas <b>com</b> deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, <b>à moradia</b> , ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.	
Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas: .....	.....	
V - na área das edificações:	V – .....	
a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.	.....	

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010

2

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010	Emenda nº 1 – CDH
	b) nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria.” (NR)	
Dispõe sobre o apoio às <b>peçoas portadoras de deficiência</b> , sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.	Art. 2º As expressões <b>“peçoas portadoras de deficiência”</b> , <b>“portadores de deficiência”</b> , <b>“deficiente”</b> e <b>“peçoas portadoras de deficiência”</b> contidas na ementa e no art. 1º, caput e § 2º; art. 2º, incisos I, alíneas d, e, e f; II, alíneas d, e e f; III, alíneas b, c e d; IV, alíneas b e c; V, alínea a; art. 3º, caput; art. 8º, inciso IV; art. 9º, caput e § 1º; art. 10, caput e parágrafo único; art. 12, incisos I, II, IV, V, VII e VIII, e parágrafo único; arts. 15 e 17; todos da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, ficam substituídas, respeitadas as devidas flexões de gênero e número e feitas as concordâncias necessárias no texto, pela expressão <b>“peçoas com deficiência”</b> .	
Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das <b>peçoas portadoras de deficiências</b> , e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.  ..... § 2º As normas desta Lei visam garantir às <b>peçoas portadoras de deficiência</b> as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.		

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010

3

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010	Emenda nº 1 – CDH
<p>Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às <b>peçoas portadoras de deficiência</b> o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.</p> <p>Parágrafo único. ....</p> <p>I - .....</p> <p>.....</p> <p>d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos <b>portadores de deficiência</b>;</p> <p>e) o acesso de alunos <b>portadores de deficiência</b> aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;</p> <p>f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de <b>peçoas portadoras de deficiência</b> capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;</p>		
<p>II - .....</p> <p>.....</p> <p>d) a garantia de acesso das <b>peçoas portadoras de deficiência</b> aos estabelecimentos de saúde públicos e privados, e de seu adequado tratamento neles, sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;</p> <p>e) a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao <b>deficiente</b> grave não internado;</p> <p>f) o desenvolvimento de programas de saúde voltados para as <b>peçoas portadoras de deficiência</b>, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a integração social;</p>		

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010

4

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010	Emenda nº 1 – CDH
<p>III - .....</p> <p>.....</p> <p>b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às <b>peçoas portadoras de deficiência</b> que não tenham acesso aos empregos comuns;</p> <p>c) a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privado, de <b>peçoas portadoras de deficiência</b>;</p> <p>d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das <b>peçoas portadoras de deficiência</b>, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regulamente a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das <b>peçoas portadoras de deficiência</b>;</p>		
<p>IV - .....</p> <p>.....</p> <p>b) a formação e qualificação de recursos humanos que, nas diversas áreas de conhecimento, inclusive de nível superior, atendam à demanda e às necessidades reais das <b>peçoas portadoras de deficiências</b>;</p> <p>c) o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a <b>peçoas portadora de deficiência</b>;</p>		
<p>V - .....</p> <p>a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às <b>peçoas portadoras de deficiência</b>, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.</p>		

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010

5

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010	Emenda nº 1 – CDH
Art. 3º As ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das <b>peçoas portadoras de deficiência</b> poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal; por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das <b>peçoas portadoras de deficiência</b> .		
Art. 8º ..... IV - recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial, quando possível, à <b>peçoas portadoras de deficiência</b> ; .....		
Art. 9º A Administração Pública Federal conferirá aos assuntos relativos às <b>peçoas portadoras de deficiência</b> tratamento prioritário e apropriado, para que lhes seja efetivamente ensejado o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, bem como sua completa integração social. § 1º Os assuntos a que alude este artigo serão objeto de ação, coordenada e integrada, dos órgãos da Administração Pública Federal, e incluir-se-ão em Política Nacional para Integração da <b>Pessoa Portadora de Deficiência</b> , na qual estejam compreendidos planos, programas e projetos sujeitos a prazos e objetivos determinados. .....		

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010

6

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010	Emenda nº 1 – CDH
<p>Art. 10. A coordenação superior dos assuntos, ações governamentais e medidas referentes a <b>peçoas portadoras de deficiência</b> caberá à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.</p> <p>Parágrafo único. Ao órgão a que se refere este artigo caberá formular a Política Nacional para a Integração da <b>Pessoa Portadora de Deficiência</b>, seus planos, programas e projetos e cumprir as instruções superiores que lhes digam respeito, com a cooperação dos demais órgãos públicos.</p>		
<p>Art. 12. ....</p> <p>I - coordenar as ações governamentais e medidas que se refiram às <b>peçoas portadoras de deficiência</b>;</p> <p>II - elaborar os planos, programas e projetos subsumidos na Política Nacional para a Integração de <b>Pessoa Portadora de Deficiência</b>, bem como propor as providências necessárias a sua completa implantação e seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos e as de caráter legislativo;</p> <p>.....</p> <p>IV - manifestar-se sobre a adequação à Política Nacional para a Integração da <b>Pessoa Portadora de Deficiência</b> dos projetos federais a ela conexos, antes da liberação dos recursos respectivos;</p> <p>V - manter, com os Estados, Municípios, Territórios, o Distrito Federal, e o Ministério Público, estreito relacionamento, objetivando a concorrência de ações destinadas à integração social das <b>peçoas portadoras de deficiência</b>;</p> <p>.....</p>		

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010

7

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010	Emenda nº 1 – CDH
<p>VII - emitir opinião sobre os acordos, contratos ou convênios firmados pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, no âmbito da Política Nacional para a Integração da <b>Pessoa Portadora de Deficiência</b>;</p> <p>VIII - promover e incentivar a divulgação e o debate das questões concernentes à <b>pessoa portadora de deficiência</b>, visando à conscientização da sociedade.</p> <p>Parágrafo único. Na elaboração dos planos, programas e projetos a seu cargo, deverá a Corde recolher, sempre que possível, a opinião das pessoas e entidades interessadas, bem como considerar a necessidade de efetivo apoio aos entes particulares voltados para a integração social das <b>pessoas portadoras de deficiência</b>.</p>		
<p>Art. 15. Para atendimento e fiel cumprimento do que dispõe esta Lei, será reestruturada a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, e serão instituídos, no Ministério do Trabalho, no Ministério da Saúde e no Ministério da Previdência e Assistência Social, órgão encarregados da coordenação setorial dos assuntos concernentes às <b>pessoas portadoras de deficiência</b>.</p>		
<p>Art. 17. Serão incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subsequentes, questões concernentes à problemática da <b>pessoa portadora de deficiência</b>, objetivando o conhecimento atualizado do número de <b>pessoas portadoras de deficiência</b> no País.</p>		
	<p>Art. 3º Esta Lei entra em vigor <b>na data de sua publicação</b>.</p>	<p><b>Emenda nº 1 – CDH</b></p> <p>Altere-se a cláusula de vigência, no art. 3º do PLS nº 142 de 2010, <b>para entrada em vigor em 90 (noventa) dias a contar da publicação da Lei</b>.</p>